

SALÁRIO NÃO SE ATRASA!



MAIRA SOARES

Mobilizados, professores protestam e paralisam aulas

Professores fazem a leitura coletiva do documento da APROPUC

Os docentes da PUC mostraram que estão vivos e que não aceitam de forma alguma os atrasos de salário e o descaso com que vêm sendo tratados pela Reitoria.

Na quarta-feira, 12/11, boa parte da categoria interrompeu as suas aulas e protestou contra a situação. "Os professores estão indignados com esta situação de atraso. Por isso, sentiram a necessidade de responder à Reitoria, para que a crise da universidade não seja descarregada nas suas costas", declarou a professora Priscilla Cornalbas no ato de entrega das reivindicações dos professores à Reitoria.

Durante toda a quarta-feira, os professores estiveram presentes em diversas reuniões. A paralisação foi mais sentida nas faculdades de Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Comunicação e Filosofia.

Às 19h, os professores foram até a frente da Reitoria para entregar um documento em que externavam a posição da última assembléia, e outro onde levantavam as principais dúvidas do corpo docente frente à situação da categoria (veja íntegra dos documentos nesta edição).

Lidos coletivamente pelos docentes, os textos fo-

ram entregues à vice-reitora acadêmica, professora Raquel Raichelis Degenszajn, que recebeu-os em nome da Reitoria.

Terminado o ato de entrega, os professores dirigiram-se em passeata ao Prédio Novo, numa tentativa de informar outros docentes e paralisar as aulas que ainda estavam acontecendo. Durante o percurso, eles receberam o apoio de vários grupos de alunos e funcionários, que se solidarizaram com o movimento.

Várias aulas foram interrompidas para que os manifestantes expusessem suas posições, conclamando alunos e professores a aderirem ao movimento.

A manifestação mostrou o descontentamento dos professores frente a uma situação poucas vezes vivida pela universidade, trazendo à tona a inquietação de uma categoria que tem pago com seu sacrifício pela crise da universidade – uma crise não explicada de maneira convincente à comunidade.

Nas próximas páginas, mostramos todos os passos da mobilização dos professores.

Assembléia dos Professores

AVALIAÇÃO E CONTINUIDADE DO MOVIMENTO

19/11 - quarta-feira - sala P-65 - 18h

Debater com a Reitoria para quê?

A impressão que sobrou do encontro com a Reitoria foi a de que nada de novo foi dito. Ouvimos comentários como: nada foi esclarecido; a Reitoria somente repetiu explicações anteriores; não foi feita nenhuma previsão sobre os rumos da crise e como ficarão os salários etc. Então, para que debater com a Reitoria?

Há, entretanto, um ponto que chamou atenção. Não por ser algo novo, mas pelo acentuado tom da fala do reitor e do vice-reitor. A crise financeira configura uma situação de falência. Os números apresentados pelo vice-reitor indicam esse diagnóstico.

No momento em que se fez a pergunta incisiva – as contas apresentadas dizem que a PUC está inadimplente? – a Reitoria, sem parecer assombrada, estacou. Afirmou que não se chegou a esse ponto, mas que caminha para isso. Utilizou a questão para evidenciar que as medidas até agora tomadas não surtiram efeitos de impacto sobre o desequilíbrio financeiro.

Se é assim, o remédio amargo está por vir. Na análise apresentada, foi citada uma das fontes deficitárias, como o Hospital Santa Lucinda, do Campus de Sorocaba. Mas logo a Reitoria mostrou que não há como tomar uma medida drástica, porque se trata não só de um centro de formação médica mas também de um serviço social de grande abrangência. Não se descreveu outros casos.

O que restou então da análise e perspectiva?

Há duas fontes a serem atingidas: mensalidade e salário.

E o emprego? O reitor afirmou que não irá lançar mão de cortes.

É claro que não devemos dormir tranquilos com essa resposta.

O fato é que de tudo que foi dito, as mensalidades e os salários terão de ser atingidos.

A mobilização da quarta-feira foi uma pequena resposta dos professores, que não admitem ter os salários atrasados e não aceitam que os trabalhadores paguem por uma crise que não criaram. É preciso que a parcela ainda adormecida se manifeste, caso contrário teremos de pagar caro pela crise. Também é necessário construir a unidade de professores, funcionários e estudantes. A perspectiva contrária à via da administração mercantilista é a da defesa do ensino público e gratuito. O que quer dizer reivindicar a estatização da universidade sob o controle de quem estuda e trabalha.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

SALÁRIO NÃO SE ATRASA!

Perguntas dos professores à Reitoria

As questões abaixo foram elaboradas por uma Comissão aprovada em Assembléia da APROPUC.

- Atrasos de salários de professores até quando? Por quê? Para quê?

- Em que os atrasos de salários e a não-reposição das perdas salariais têm refletido no quadro financeiro da PUC?

- A Reitoria está emprestando dinheiro de bancos pagando a taxa Selic mais juros de 1,25% ao mês. Por que submeter os professores a recorrer a bancos com média de juros de 8% ao mês?

- A Reitoria afirma que uma das razões para o atraso de salários é a dívida do CNPq com a PUC. Qual o montante da dívida e quais as ações da PUC em relação ao CNPq?

- Em correspondência de 13 de outubro de 2003, a Reitoria afirmou que a discussão da deliberação 65/78 deveria ser feita por um grupo de trabalho, de modo a provocar um amadurecimento maior da questão. Isso está sendo feito? Quem é o grupo de trabalho? Quais os resultados até o momento?

- Qual é a política de racionalização de custos na própria Reitoria, como medida de enfrentamento da crise?

- Qual é a política estabelecida pela PUC em relação à inadimplência dos alunos? Quais são os mecanismos de negociação que a Reitoria tem utilizado?

- Qual a política imediata e a médio prazo para captação de recursos financeiros para além das mensalidades dos alunos?

- Por que a PUC não diminuiu o valor das mensalidades para viabilizar maior acesso e otimização dos cursos? E a mensalidade social, está sendo pensada?

- Qual o destino dos lucros obtidos com os cursos da Cogeac?

- Quais as medidas que a Reitoria está tomando em relação à pré-matrícula?

- Haverá critérios diferenciados para composição das turmas, de faculdade para faculdade? Quais?

- Está prevista a modificação de horas contratuais? Em caso afirmativo, quais são os critérios?

- Quais as alternativas contratuais para os professores que porventura venham a ter redução de carga horária em função de junção de turmas?

- A Reitoria prevê a utilização dos créditos sobranes e que foram pagos pelos alunos em disciplinas optativas ou línguas?

- Será tomada alguma medida pela Reitoria no período de férias que atinja os contratos de professores?



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Edição:** Aldo Escobar. **Reportagem:** Leandro Divera. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G.S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanet.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@terra.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.



Reitoria responde aos professores: nada de novo

Atendendo à solicitação da assembléia dos professores de 6/11, a Reitoria compareceu, na quinta-feira, 13/11, a uma reunião onde respondeu às perguntas dos docentes sobre a crise da universidade. A platéia, porém, viu em grande parte frustradas as suas expectativas, pois o quadro apresentado pelos administradores da universidade em nada diferiu daquele que vem sendo apresentado desde novembro do ano passado, e que tem causado inquietação e revolta entre professores e funcionários.

Para a professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, faltaram respostas efetivas e que explicitassem como os sacrifícios impostos aos professores podem fazer reverter a situação de crise da universidade. Para ela, única perspectiva concreta da fala da Reitoria foi a de que o salário irá atrasar até fevereiro de 2004.

Respostas

As questões elaboradas pela comissão formada na APROPUC e enviadas à Reitoria antes do encontro foram respondidas pontualmente pelo reitor Antonio Carlos Ronca e pelos três vice-reitores.

Em sua fala inicial, Ronca procurou novamente justificar os atrasos no pagamento dos professores. “Em hipótese alguma – e aí é preciso um mínimo de relação de confiança – o atraso de salários é feito para melhorar a saúde financeira da instituição. Ele ocorre simplesmente porque não há dinheiro”, alegou o reitor. Ronca explicou que a PUC encontra-se numa espécie de jogo com os credores, em que um novo empréstimo só é conseguido quando outro é liquidado.

“Antes de fevereiro, é muito difícil prometer que a situação vai se regularizar”, afirmou o vice-reitor administrativo, Eduardo Moreira. Segundo ele, diversas “operações” financeiras serão completadas naquele mês, e a arrecadação com as mensalidades tende a ser maior, visto que já terá sido aplicado um aumento nos valores cobrados dos alunos. A “pressão das matrículas” no começo do ano que vem também foi citada por Eduardo como um fator que contribuiria para o aumento

da arrecadação. O vice-reitor também insistiu na ampliação dos convênios da universidade (que trouxeram R\$ 21 milhões em 2002 contra R\$ 1,9 milhões em 1998, segundo Ronca) como alternativa.

Mais uma vez, a Reitoria procurou traçar paralelos entre o início da primeira gestão Ronca e o momento atual, defendendo que a PUC encontra-se, hoje, numa situação mais estável. “Assumimos com desequilíbrio total nas contas. A receita não cobria 1/3 da folha de pagamento. Em 1999 e 2000, atingimos um equilíbrio precário, tênue”. Segundo o reitor, até alguns anos atrás era possível ajudar a manter a universidade à custa do atraso de impostos – o que atualmente, ainda de acordo com Ronca, seria impossível, devido às diversas sanções sofridas hoje por instituições devedoras de tributos.

Outra afirmação do professor Eduardo que causou preocupação entre os presentes foi a de que o modelo de gerenciamento da universidade, baseado fundamentalmente nas mensalidades, não irá mudar a curto prazo.

Respondendo a uma pergunta da platéia, o professor Ronca afirmou que o fato de uma unidade ser superavitária não lhe dá o direito de ter privilégios, e que a situação da PUC poderia ser facilmente resolvida se fossem adotados critérios de corte linear, como acontece em outras instituições de ensino – coisa que a Reitoria não cogita fazer.

A professora Priscilla, encerrando sua fala, comentou que os cortes gradativos têm-se revelado piores do que os lineares, pois estão “quebrando as pernas da categoria”.

Ao final, foi concedida a palavra à representação estudantil, para que os alunos questionassem a Reitoria. Porém, a direção da universidade retirou-se pouco antes que os alunos tomassem a palavra, o que provocou o protesto dos estudantes.



A professora Bia Abramides debate com a Reitoria



Carta da assembleia da APROPUC à Reitoria

À Assembleia de 6/11 aprovou a proposta de chamar a Reitoria para um encontro público com os professores e demais setores da universidade. Precisamos de respostas claras e reais sobre a situação da crise financeira da instituição e sobre as medidas que estão sendo tomadas ou que virão a ser implementadas.

Depois de 6 (seis) meses de atraso no pagamento dos salários e sabendo do pacote de medidas anunciado, e já implementado em diferentes instâncias dessa universidade, tornou-se insuportável a incerteza trabalhista e educacional. Realizamos inúmeras assembleias para discutir a crise, as medidas anunciadas pela Reitoria e os transtornos causados pelo atraso salarial.

O conflito tem sido debatido nos mais variados aspectos e visões. Acabamos chegando a um denominador comum: nós, trabalhadores, estamos pagando por uma crise que não provocamos.

O contrato de trabalho, os acordos internos e os salários correspondem ao elementar para nossas condições de existência e de cumprimento profissional. Temos uma história de defesa das condições de trabalho vinculadas às condições de ensino e pesquisa. Em nenhum momento separamos esses dois aspectos. Lutamos para compatibilizá-los e por sustentá-los, no passado distante e recente. Agora, estamos diante de atrasos salariais, metas de eliminação de direitos trabalhistas e ameaça de redução de contrato de trabalho e até mesmo possíveis demissões.

A administração desta Reitoria atinge nossas condições de trabalho e compromete as condições de ensino. Baseados nessa constatação, os professores, nas assembleias, têm manifestado descontentamento, indignação e rejeição ao caminho traçado pela Reitoria. É-nos incompreensível e inaceitável que, depois de se ter criado a imagem de que as contas da universidade estavam equilibradas, a velha crise volte com as mesmas feições de endividamento bancário e punição dos trabalhadores com atrasos salariais etc.. Tais atrasos acabam sendo usados para justificar medidas que sabemos serem prejudiciais ao trabalho e ensino.

Estamos chegando ao final do semestre, e crescem as incertezas. Acreditamos que a Reitoria poderá tomar medidas no momento em que não podemos responder coletivamente, o que constituiria rompimento da democracia universitária, que, com perseverança, temos mantido.

É pensando em todos esses problemas que elaboramos uma série de perguntas. Entregaremos-las à Reitoria e queremos debatê-las em Encontro Aberto, no dia 13 de novembro, 5.^a feira, às 19 horas, no Auditório 239 da PUC-SP. Em Ato Público, entregamos esta carta e aguardamos uma resposta positiva da Reitoria.

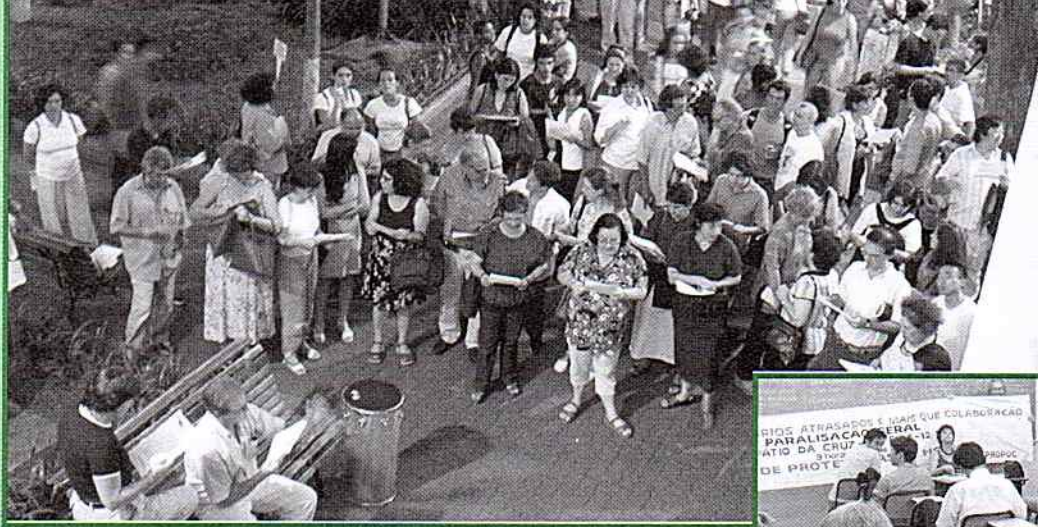
Professora Priscilla Cornalbas
Presidente da APROPUC

Professor

Associe-se à APROPUC

A Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC/SP, está iniciando uma campanha de filiação para aqueles professores que ainda não são associados.

Para filiar-se o docente poderá enviar uma mensagem para o endereço eletrônico apropuc@sanet.com.br, ou preencher pessoalmente o formulário na sede da entidade, Prédio Velho, sala P-70, campus Monte Alegre, autorizando o desconto mensal de 1% em folha de pagamento.



Os professores leram em conjunto o documento da APROPUC.



Os manifestantes entram em uma das classes do Prédio Novo

As imagens da mobilização dos professores



Atentos, os docentes ouvem as explicações da Reitoria



Acima, dois momentos da passeata dos docentes

Faixas anunciavam o movimento em todo câmpus



Ato condena “grande mídia” e reivindica democracia nas comunicações

Diversos jornalistas e militantes reuniram-se no Tuca na noite da terça-feira, 11/11, para marcar posição frente à atual configuração da mídia no Brasil e no mundo. O ato fazia parte da Jornada pela Democratização da Mídia, que também teve encontros no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, sede do Fórum Social Brasileiro.

Eram nove os integrantes da mesa: o jornalista estadunidense Norman Solomon, a jornalista cubana Aisha González, um representante da Juventude Árabe, o membro do Ministério das Comunicações Márcio Woller, o consultor de comunicação da PUC Lalo Leal, o procurador da República Sérgio Suyama, o jornalista e professor da PUC José Arbex Júnior, além de Pedro Malavolta, da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação, Lúcia Stamp, da UNE, e João Pedro Stedile, do MST. A mediação ficou a cargo do professor Hamilton de Souza, chefe do Departamento de Jornalismo.

A questão mais ressaltada nos debates foi o caráter público das concessões recebidas pelas emissoras de rádio e TV. Lalo Leal e Sérgio Suyama lembraram que o governo fornece as concessões em nome da população, e por tempo limitado. Mas a renovação delas tornou-se praticamente automática. “A televisão é tratada no Brasil como mero empreendimento comercial, mas, acima de tudo, é um serviço público”, assinalou Lalo. Suyama defendeu a adoção, na prática, de mecanismos de monitoramento já previstos em lei, submetendo os concessionários a punições como pagamento de multas, suspensão de programas (como ocorreu recentemente no SBT) e até o cancelamento da concessão.

“A privatização do espaço público das concessões foi uma herança

deixada para o governo Lula”, lamentou o representante do Ministério das Comunicações, Márcio Woller. Segundo ele, o governo atual pretende reverter a situação, buscando mais autonomia para o Ministério e elaborando uma espécie de código de ética da TV brasileira, com quatro princípios básicos: isenção, responsabilidade, respeito ao interesse público e, principalmente, a pluralidade de versões.

Iraque, Cuba e Palestina

Os problemas da concentração da mídia nas mãos de algumas poucas

corporações ao redor do mundo também foram abordados. O estadunidense Norman Solomon, que participou dos três encontros da Jornada, declarou que muitas das falas que surgem nos debates no Brasil se aplicariam à situação de seu país. Solomon visitou o Iraque três vezes no último ano, e deparou-se com “bombas e mísseis de até uma tonelada, que somavam-se a armas como o *New York Times*, o *Washington Post*, a CNN”. Aisha González e o representante da Juventude Árabe questionaram o modo como os povos cubano e palestino são retratados pelos grandes veículos, com omissão de fatos e defesa dos interesses dos EUA e de Israel.



A mesa do ato contava com militantes brasileiros e estrangeiros

Entidades lançam campanha contra revista *Veja*

As organizações sociais que compõem o Comitê pela Democratização da Mídia – entre elas MST, UNE, CUT e Enecos – estão acabando de lançar a campanha *Veja que Mentira!*. Trata-se de uma empreitada nacional em favor do boicote à revista semanal *Veja*, da Editora Abril.

Para o jornalista e professor da PUC José Arbex Júnior, a publicação não é a única no Brasil que

deturpa a realidade e é unilateral em suas coberturas, mas constitui “o expoente da virulência dos meios de comunicação contra os direitos do indivíduo”. Por isso é que a *Veja* foi escolhida como alvo dessa campanha: os organizadores acreditam que, se esse veículo que alcança cinco milhões de pessoas tiver sua credibilidade ou suas vendas abaladas, isso vai servir de recado para os demais grupos de mídia.

Vestibular semestral volta à pauta do Cepe

Em reunião realizada na quarta-feira, 12/11, o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) recebeu da Coordenadoria de Vestibulares e Concursos um documento que trazia as manifestações da maioria das unidades sobre três questões: a implantação de um vestibular em julho, as mudanças na política de transferências e o aumento na quantidade de alunos a ser convocados para matrícula, já no início de 2004.

De acordo com o relatório, apresentado pela professora Ana Zilocchi, as faculdades agiram com cautela ao analisar a possibilidade de implantação de um vestibular semestral. A principal preocupação diz respeito ao espaço físico, notadamente já saturado. De um modo geral, as unidades também consideraram necessário estudar com antecedência assuntos como a contratação de novos professores e a demanda por mais laboratórios, por exemplo.

Com base nas manifestações, a vice-reitoria acadêmica, a Comissão de Ensino do Cepe e a Coordenadoria de Vestibulares vão dar continuidade à análise do assunto. Ainda não está definida a forma como se dará a escolha dos cursos que vão oferecer o novo vestibular.

Apoio à pesquisa

O assunto que tomou a maior parte da reunião do Cepe foi o destino do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) do Conselho, correspondente a 4% da renda líquida obtida com as mensalidades.

A verba é reservada principalmente ao financiamento de projetos de pesquisa, à concessão de bolsas de iniciação científica e ao auxílio na participação de encontros científicos. O item não havia sido aprovado junto com o restante das Normas e Procedimentos da Comissão de Pesquisa, e por isso foi reformulado.

O objeto de discussão entre os conselheiros foi o perfil dos beneficiários do fundo. A Comissão sugeriu que a verba fosse destinada a professores contratados efetivamente, departamentalizados e com o mínimo de três anos na casa, e também a profissionais "técnicos" não-docentes, que existem principalmente na Derdic.

Esses profissionais não são se encaixam na categoria de funcionários ou na de professores. Os conselheiros divergiram ao discutir se esse grupo teria ou não o direito de requisitar a verba. Mais uma vez, a decisão foi adiada para a próxima reunião do Cepe, em dezembro.

EVENTO

Consciência Negra na PUC

Nesta semana, duas atividades vão dar continuidade ao Mês da Consciência Negra na PUC. Na segunda-feira, 17/11, vai ser inaugurada uma exposição no saguão da Biblioteca Central, com fotos de Augusto Nazário (funcionário do laboratório de fotografia) e esculturas do artista plástico Wilson Silva. A mostra fica em cartaz até 28/11.

No mesmo dia, às 19h, uma mesa-redonda vai revisar e analisar a história dos

movimentos negros na universidade, no auditório da Cogea, com a participação de professores da PUC e de outras universidades.

O Mês da Consciência Negra deste ano conta com uma ampla programação. Desde o começo de novembro, já foram realizadas duas mesas-redondas sobre ações afirmativas e identidade étnica, além de uma apresentação teatral, um ato ecumênico e uma sessão comentada de cinema.

Rola na rampa

Semana de Fono no auditório 333

Começa nesta segunda-feira a 10.^a Semana de Fonoaudiologia, com encontros pela manhã e à tarde até a sexta-feira, no auditório 333. Neste ano, serão discutidas as diferentes abordagens terapêuticas da clínica fonoaudiológica. Várias maneiras de tratar distúrbios serão tema de palestras, em meio à apresentação de trabalhos de conclusão de curso elaborados pelos alunos. Uma avaliação auditiva e uma palestra sobre oratória serão oferecidas à comunidade. Informações: 3670-8349.

Evento relança 16.^a edição de *MargeM*

Para marcar o lançamento da reimpressão da revista *MargeM* n.º 16, a Faculdade de Ciências Sociais, os programas de pós em Ciências Sociais e História e a Educ promovem a mesa-redonda Odisséias do Pensamento, na próxima quarta-feira, 26/11, às 17h, no mezanino do Tuca. Participam do debate os professores Salma Muchail e Carlos Matheus, do Departamento de Filoso-

fia, e Edgard de Assis Carvalho, da Antropologia. Mais tarde, às 19h, vai ser aberta a exposição Ritmo, com gravuras de Natalie Roth, junto com um coquetel. A 16.^a edição da revista traz textos sobre pensadores como Nietzsche, Lévi-Strauss, Habermas, e Heidegger e Foucault, além de uma homenagem a Edgar Morin e textos de Karl Marx inéditos no Brasil.

Nu-Sol oferece curso de abolicionismo penal

O Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), do pós em Ciências Sociais, vai oferecer um Curso Livre de Abolicionismo Penal, começando nesta segunda-feira, 17/11, e estendendo-se até a sexta. O encontros acontecem das 19h às 22h, na sala P-65 (1.º andar do Prédio Velho). As inscrições são gratuitas, e podem ser feitas no próprio local. Informações: 3670-8517.

Novo livro discute investimentos estrangeiros

O livro *Globalização e Investimentos Estrangeiros no Brasil*, do professor Departamento de Economia Antônio Corrêa de Lacerda, tem seu lançamento marcado para esta segunda-feira, 17/11, às 18h, no Shopping Eldorado. Na obra, o professor

analisa o sentido da desnacionalização da economia brasileira, destacando o papel das privatizações nesse processo. Além disso, o livro explicita os conceitos e fundamentos da área macroeconômica, por meio de dados e exemplos.

Gerontologia promove sessão comentada

O filme *A língua das mariposas*, de José Luis Cuerda, vai ser exibido no Auditório Banespa na próxima quarta-feira, 26/11, às 14h, com comentários da professora Terezinha Azeredo Rios, do Departamento de Teologia e Ciências da Religião. A promoção do evento é do pós em Gerontologia. Informações: 3670-8274.

Fellini continua no Auditório Banespa

Mais dois filmes dirigidos pelo italiano Federico Fellini serão exibidos no Auditório Banespa nesta terça-feira, 18/11: *Ensaio de orquestra*, às 12h, e *Ginger e Fred*, às 17h.

Vídeo de alunos premiado em festival

O vídeo *Unframed*, produzido por alunos do curso de Comunicação em Multimeios, foi o vencedor do 8.º Festival Nacional de Vídeo – Imagem em 5 Minutos, na Bahia. A

obra foi elaborada em 2002, dentro da disciplina Transgressões da Linguagem do Vídeo Digital, lecionada pela professora Rosangella Leote, do Departamento de Artes. A pre-

mição aconteceu em 26/10, concedendo 8 mil reais aos vencedores. O mesmo vídeo já havia recebido menção honrosa no Festival de Vídeo de Santo André.